

**POLÍTICA DE
PROPRIEDADE
INTELECTUAL DAS
INSTITUIÇÕES
CIENTÍFICAS E
TECNOLÓGICAS
DO BRASIL**

**RELATÓRIO
FORMICT**

2 0 1 4



**POLÍTICA DE
PROPRIEDADE
INTELECTUAL DAS
INSTITUIÇÕES
CIENTÍFICAS E
TECNOLÓGICAS
DO BRASIL**



Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

José Aldo Rebelo Figueiredo

Secretária Executiva

Emília Maria Silva Ribeiro Curi

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Armando Zeferino Milioni

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

**POLÍTICA DE
PROPRIEDADE
INTELECTUAL DAS
INSTITUIÇÕES
CIENTÍFICAS E
TECNOLÓGICAS
DO BRASIL**

**RELATÓRIO
FORMICT**
2 0 1 4

2015

© Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Permitida a reprodução parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.



Endereço:
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Esplanada dos Ministérios, bloco E, 3º andar, sala 373
Telefone: (61) 2033-7809
CEP: 70067-900, Brasília - DF, Brasil

Tabela 1	Distribuição de ICT por natureza jurídica
Tabela 2	Distribuição de ICT por perfil
Tabela 3	Distribuição de ICT por região
Tabela 4	Implementação da política de inovação
Tabela 5	Composição dos recursos humanos do NIT por situação funcional
Tabela 6	Composição dos recursos humanos do NIT por formação profissional
Tabela 7	Quantidade de ICT com pedido de proteção no ano-base de 2014
Tabela 8	Proteções requeridas x instituição solicitante x país
Tabela 9	Proteções concedidas x instituição solicitante x país
Tabela 10	Tipos de pedidos de proteção requeridos
Tabela 11	Comunicações de Invenção x proteções requeridas por perfil ICT
Tabela 12	Tipos de proteções requeridas x setor econômico
Tabela 13	Tipos de proteções concedidas x setor econômico
Tabela 14	Cotitularidade das proteções
Tabela 15	Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto
Tabela 16	Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade
Tabela 17	Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região
Tabela 18	Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2014

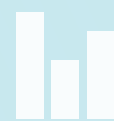


Gráfico 1	Distribuição de ICT por região
Gráfico 2	Atividades da política de inovação
Gráfico 3	Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas
Gráfico 4	Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas e privadas
Gráfico 5	Perfil das instituições com NIT em implementação e não implementado
Gráfico 6	Compartilhamento do NIT
Gráfico 7	Implementação das atividades essenciais dos NIT
Gráfico 8	Implementação das atividades complementares dos NIT
Gráfico 9	Perfil das ICT com pedido de proteção no ano-base de 2014
Gráfico 10	Índice de proteção por tipo de instituição
Gráfico 11	Distribuição das proteções requeridas no setor indústrias de transformação
Gráfico 12	Quantidade de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia
Gráfico 13	Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia
Gráfico 14	Montante dos contratos de tecnologia firmados em 2014
Gráfico 15	Comparativo do quantitativo de ICT que responderam o Formict
Gráfico 16	Comparativo da distribuição de ICT por região
Gráfico 17	Comparativo do estágio de implementação dos NIT
Gráfico 18	Comparativo da implementação da política de inovação
Gráfico 19	Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção
Gráfico 20	Comparativo da quantidade de pedidos de proteção
Gráfico 21	Comparativo do montante dos contratos de tecnologia



Figura 1 - Distribuição de ICT por estado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS.....	10
3. POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELLECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.....	12
4. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	14
4.1. Estágio de Implementação do NIT	14
4.2. Compartilhamento do NIT	16
4.3. Recursos Humanos do NIT	18
4.4. Atividades do NIT	20
5. PROTEÇÕES DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL.....	23
5.1. Instituições com Pedidos de Proteção	23
5.2. Análise dos Pedidos de Proteção.....	26
6. CONTRATOS DE TECNOLOGIA	34
6.1. Instituições com Contratos de Tecnologia.....	34
6.2. Análise dos Contratos de Tecnologia	35
6.3. Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia	40
7. ANÁLISE COMPARATIVA 2010/2011/2012/2013/2014	41
8. CONCLUSÃO	46
APÊNDICE	47



1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar os dados consolidados relativos ao ano-base de 2014 fornecidos pelas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil (Formict).

O formulário eletrônico, disponível na página www.mct.gov.br/formict, deve ser preenchido anualmente pelas ICT por determinação da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação), que estabelece no art. 17 que as ICT deverão enviar ao MCTI informações sobre sua política de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas e contratos de licenciamento ou transferência de tecnologia firmados. Em 2014, o formulário esteve disponível para preenchimento de 12/1/2014 a 10/4/2014.

Para fins da Lei de Inovação, são consideradas ICT os órgãos ou entidades da administração pública que tenham por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico. Embora não exista obrigatoriedade na Lei de Inovação para que instituições privadas apresentem informações, o cadastro voluntário por essas instituições integra a base de dados do MCTI e faz parte deste relatório.

No ano-base de 2014, o formulário foi preenchido por 264 instituições. A Figura 1 apresenta a sigla das instituições que preencheram o Formict e os seus respectivos estados. A lista nominal destas instituições encontra-se no Apêndice.

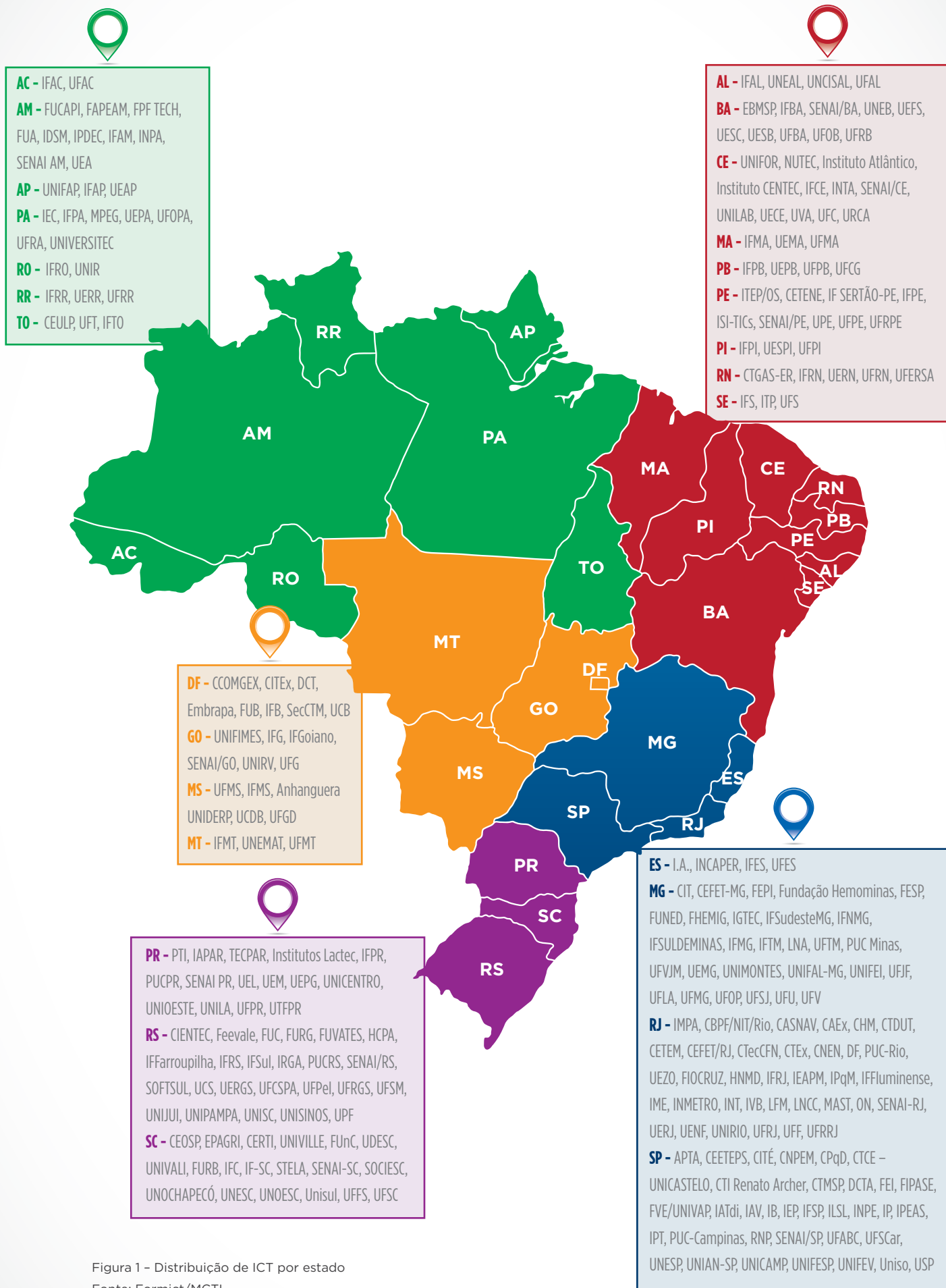


Figura 1 - Distribuição de ICT por estado

Fonte: Formict/MCTI

2. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

Das 264 instituições que preencheram o Formict, 194 apresentaram-se como instituições públicas e 70 como instituições privadas. No que diz respeito à natureza das instituições, verificou-se que 69,1% correspondem ao nível federal. Já as instituições em nível estadual correspondem a 27,8%, enquanto as instituições em nível municipal apenas 3,1%, conforme ilustra a Tabela 1. Sendo assim, o total de instituições públicas foi de 73,5%, e o de instituições privadas, 26,5%.

Tabela 1 - Distribuição de ICT por natureza jurídica

Natureza da Instituição	Quantidade	%
Privada	70	26,5
Pública	194	73,5
Federal	134	69,1
Estadual	54	27,8
Municipal	6	3,1

Fonte: Formict/MCTI

Em relação aos perfis de ICT que preencheram o formulário, verificou-se que as Universidades Federais apresentaram o maior quantitativo dentre as instituições (22,4%), seguidas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (14,0%), pelas Instituições de Ensino Superior Estaduais (12,9%) e pelos Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos (10,6%). As demais instituições apresentam percentuais inferiores a 10%.

Tabela 2 - Distribuição de ICT por perfil

Perfil	Quantidade	%
Universidades Federais	59	22,4
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	37	14,0
Instituições de Ensino Superior Estaduais	34	12,9
Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos	28	10,6
Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados	24	9,1
Universidades e Centros Universitários Comunitários	19	7,2
Fundações de Direito Público ou Privado	15	5,7
Unidades de Pesquisa do MCTI	12	4,5
Universidades e Centros Universitários Privados	11	4,2
Centro de Educação Tecnológica	3	1,1
Outros possíveis	22	8,3
TOTAL	264	100

Fazendo um comparativo das instituições por região, verificou-se que 39,7% das instituições públicas informaram sua localização na região Sudeste, enquanto 21,1% informaram a região Nordeste e 17,5% informaram a região Sul. Localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, apenas 12,4% e 9,3% respectivamente.

Em relação às instituições privadas, diferentemente das públicas, um número significativo informou sua localização na região Sul, correspondendo a 34,3%; seguido pelas instituições localizadas na região Sudeste, que também correspondem a 34,3%; na região Nordeste corresponde a 17,1%; na região Norte, a 8,6%; e na região Centro-Oeste, a 5,7%, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de ICT por região

Região	Pública	%	Privada	%
Sudeste	77	39,7	24	34,3
Nordeste	41	21,1	12	17,1
Sul	34	17,5	24	34,3
Norte	24	12,4	6	8,6
Centro-Oeste	18	9,3	4	5,7
TOTAL	194	100	70	100

Fonte: Formict/MCTI

No Gráfico 1, é possível conferir o comparativo da distribuição de ICT entre as regiões, considerando instituições públicas e privadas.

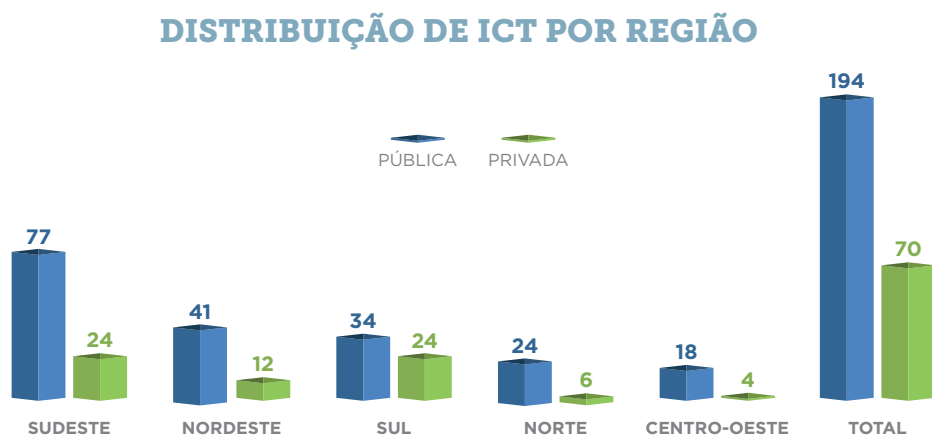


Gráfico 1 - Distribuição de ICT por região
Fonte: Formict/MCTI

3. POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

No que diz respeito à existência de uma política da inovação, ou seja, documentos formais com diretrizes gerais que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação, à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, 74,2% das instituições públicas e 71,4% das instituições privadas informaram que detêm uma política de inovação implementada.

Tabela 4 - Implementação da política de inovação

Política de Inovação Implementada	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	144	74,2	50	71,4	194	73,5
Não	50	25,8	20	28,6	70	26,5
TOTAL	194	100	70	100	264	100

Fonte: Formict/MCTI

Por parte das instituições que informaram possuir a política de inovação implementada, verificou-se que *Desenvolvimento de projetos de cooperação com terceiros*, *Confidencialidade* e *Acordos de parcerias* foram as atividades que tiveram maior incidência na política de inovação das instituições. As atividades que tiveram menor incidência foram *Licença sem remuneração para o pesquisador constituir empresa*, *Afastamento para prestar colaboração a outra ICT* e *Cessão de direitos sobre a criação para que o respectivo criador os exerça em seu próprio nome*, conforme demonstra o Gráfico 2.

ATIVIDADES DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO

■ Implementado
 ■ Não implementado

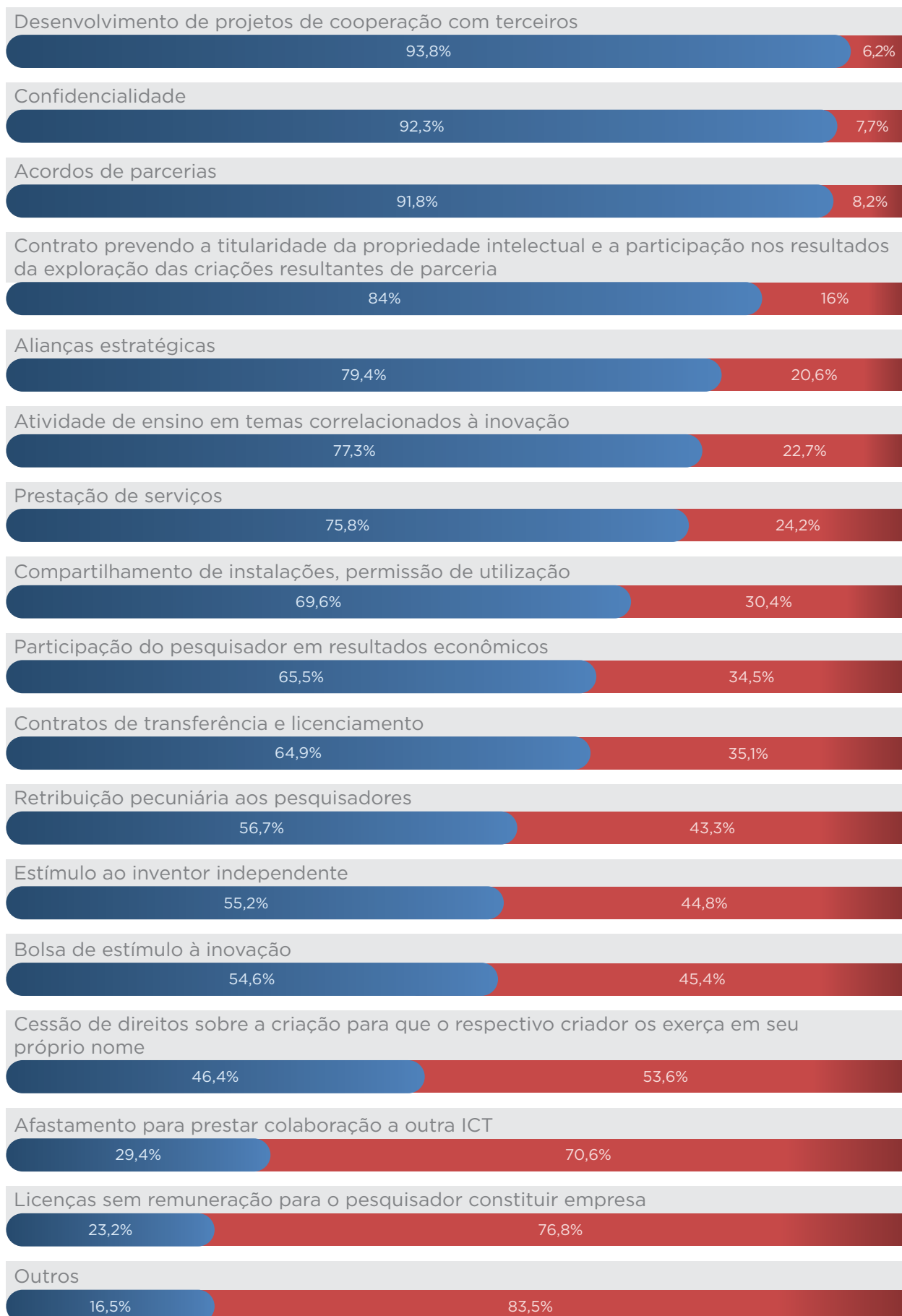


Gráfico 2 - Atividades da política de inovação
Fonte: Formict/MCTI



4. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Conforme estabelecido pelo art. 16 da Lei de Inovação, a ICT deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

As competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica são:

I - Zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia.

II - Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento às disposições desta lei.

III - Avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22.

IV - Opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição.

V - Opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual.

VI - Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

4.1. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NIT

No que diz respeito ao estágio de implementação dos NIT, verificou-se que 144 instituições públicas (74,2%) informaram que já possuem o NIT implementado. Apenas 16 instituições públicas (8,2%) informaram que o NIT não está implementado e 34 instituições públicas (17,5%) informaram que está em fase de implementação, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Por parte das instituições privadas, 36 instituições privadas (51,4%) informaram que possuem o NIT implementado, 14 instituições privadas (20%) não possuem NIT implementado e 20 instituições (28,5%) informaram que o NIT encontra-se em fase de implementação.

No cômputo geral, verificou-se que 180 instituições (68,2%), sejam elas públicas ou privadas, informaram que seus NIT estão implementados, 54 instituições (20,5%) informaram que o NIT está em fase de implementação e 30 (11,4%) informaram que ainda não foram implementados, conforme demonstrado no Gráfico 4.

Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas



Gráfico 3 - Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas
Fonte: Formict/MCTI

Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas e privadas

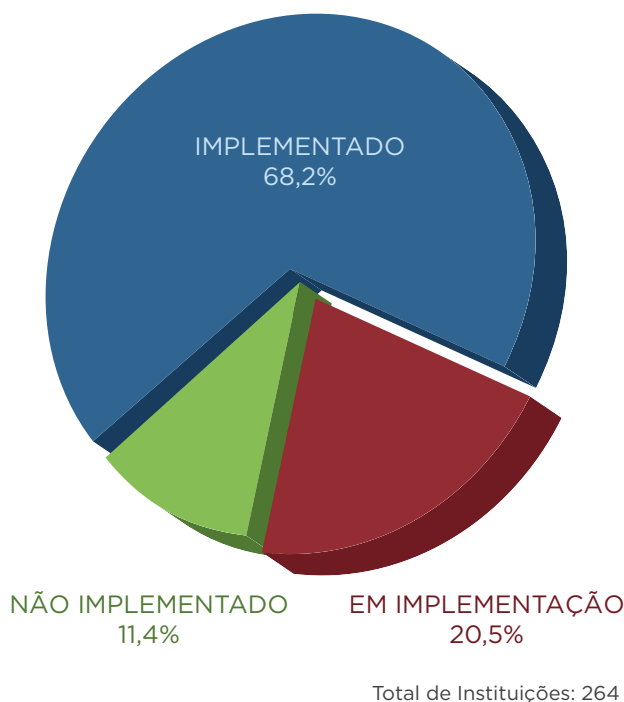


Gráfico 4 - Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas e privadas
Fonte: Formict/MCTI

Com relação às 84 instituições que possuem NIT em implementação ou não implementado, verificou-se o seguinte perfil: 14 *Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC*, 13 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados*, 11 *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*, 9 *Fundações de Direito Público ou Privado*, 7 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos*, 7 *Instituições de Ensino Superior Estaduais*, 5 *Universidades e Centros Universitários Privados*, 5 *Universidades e Centros Universitários Comunitários*, 3 *Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP*, 1 *Centro de Educação Tecnológica* e 9 *Outros*.

PERFIL DAS INSTITUIÇÕES COM NIT EM IMPLEMENTAÇÃO E NÃO IMPLEMENTADO

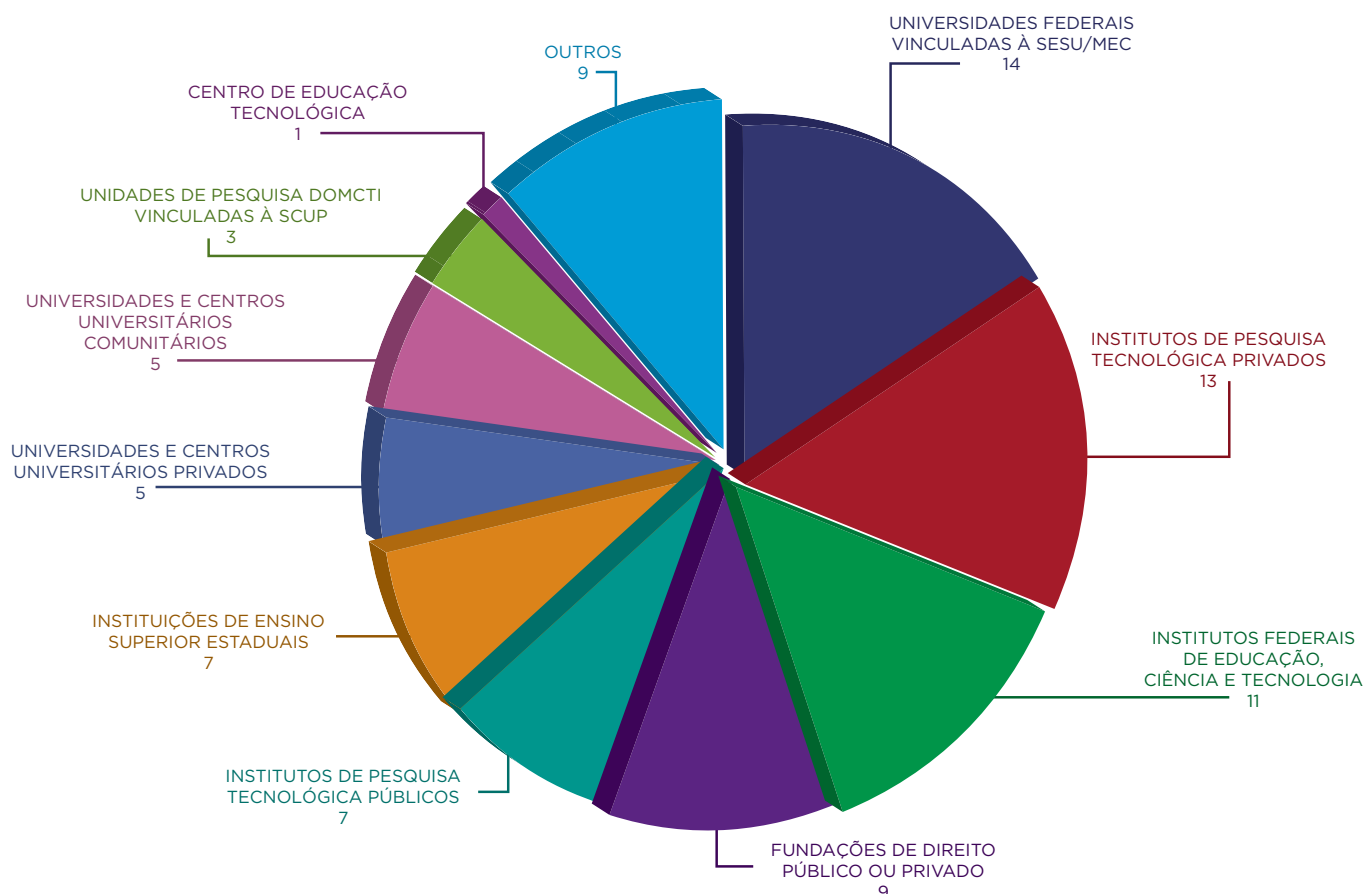


Gráfico 5 - Perfil das instituições com NIT em implementação e não implementado
Fonte: Formict/MCTI


4.2. COMPARTILHAMENTO DO NIT

Com relação às instituições que possuem NIT implementado ou em implementação, verificou-se que 153 instituições públicas (86%) informaram que o NIT é exclusivo e 25 instituições públicas (14%) informaram que o NIT é compartilhado com outras instituições. Apenas 5 instituições privadas (8,9%) informaram que o NIT é compartilhado e 51 instituições privadas informaram que o NIT é exclusivo (91,1%).

No total, verificou-se que 204 instituições (87,2%), sejam elas públicas ou privadas, informaram que o NIT é exclusivo, 30 instituições (12,8%) informaram que o NIT é compartilhado, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Os seguintes NIT compartilhados foram citados pelas ICT:

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA): o NIT da APTA e seis Institutos de Pesquisa (Agrônomo, Biológico, Economia Agrícola, Pesca, Zootecnia e Tecnologia de Alimentos).



NIT Amazônia Ocidental: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM); Fundação Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado (FMT - HVD); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal do Acre (UFAC); Fundação Desembargador Paulo Feitosa (FPF); Fundação Centro e Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI); Fiocruz Amazônia; Embrapa Roraima; Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA); Instituto Euvaldo Lodi (IEL/Amazonas); Universidade Nilton Lins; Faculdade Marta Falcão; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRR); Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE); e FUNTAC.

NIT CENTEC: Instituto Centro de Ensino Tecnológico, Faculdade Tecnológica Sertão Central e Faculdade Tecnológica Cariri-CE.

NIT CINOVA: Círculo dos Trabalhadores Cristãos do Embaré (CTCE - UNICASTELO); Associação Cidade da Ciência, Tecnologia e Educação (CITÉ).

NIT INCAPER: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Universidade Federal do Espírito Santo e Instituto Federal do Espírito Santo.

NIT ITP: Instituto de Tecnologia e Pesquisa e Universidade Tiradentes.

NIT Mantiqueira: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), Centro de Tecnologia Werner von Braun, Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE).

NIT-DCT: Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEx), Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx), Centro Tecnológico do Exército (CTEx), Centro de Avaliações do Exército (CAEx), Instituto Militar de Engenharia (IME), Diretoria de Serviço Geográfico (DSG), Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber) e Diretoria de Fabricação (DF).

NIT-DCTA: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Instituto de Estudos Avançados (IEAv), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto de Pesquisas e



Ensaio em Voo (IPEV), Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG).

NIT-MB: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SecCTM); Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD); Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM); Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV); Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM); Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM); Centro de Hidrografia da Marinha (CHM); e Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN).

NIT-RIO: Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Observatório Nacional (ON), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

Sociedade Educacional de Santa Catarina (Sociesc): demais unidades da Sociesc.

NIT EXCLUSIVO/COMPARTILHADO

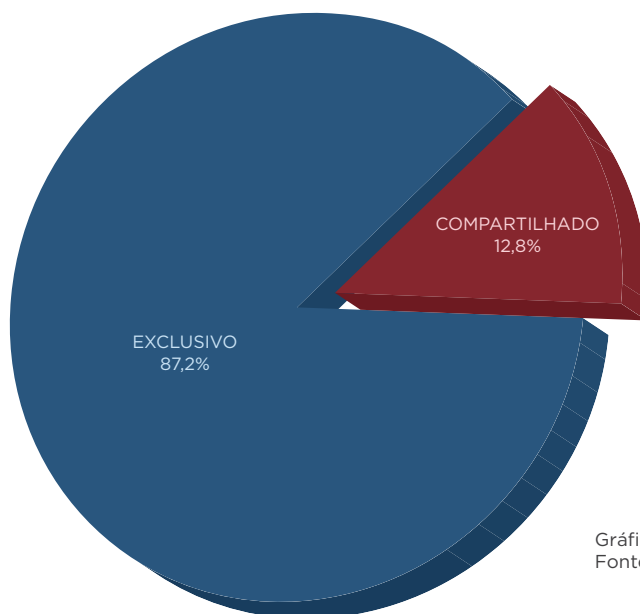


Gráfico 6 - Compartilhamento do NIT
Fonte: Formict/MCTI

4.3. RECURSOS HUMANOS DO NIT

Na análise do quantitativo de pessoal presente nos NIT, verificou-se o total de 1.947 profissionais atuantes nos núcleos, sendo que 41,4% são servidores e funcionários com dedicação integral, 20,9% são servidores e funcionários com dedicação parcial, os bolsistas

graduados representam 13%, os bolsistas graduandos 6,4%, os terceirizados correspondem a 6,6%, os estagiários representam 9,2% e outros representam 2,5% dos profissionais. Em relação aos recursos humanos dos NIT das instituições públicas, o quantitativo apresentado foi de 1.581, sendo que 40,4% são servidores e funcionários com dedicação integral, 19,7% são servidores e funcionários com dedicação parcial, os bolsistas graduados representam 13,6%, os bolsistas graduandos 7,3%, os terceirizados correspondem a 6,5%, 10,7% são estagiários e outros representam 1,9% dos profissionais.

Tabela 5 - **Composição dos recursos humanos do NIT por situação funcional**

Função - NIT	Pública	%	Privada	%	Total	%
Servidores/Funcionários com dedicação integral	638	40,4	168	45,9	806	41,4
Servidores/Funcionários com dedicação parcial	311	19,7	95	26,0	406	20,9
Bolsistas graduados	215	13,6	38	10,4	253	13,0
Bolsistas graduandos	116	7,3	9	2,5	125	6,4
Terceirizados	102	6,5	27	7,4	129	6,6
Estagiários	169	10,7	11	3,0	180	9,2
Outros	30	1,9	18	4,9	48	2,5
TOTAL	1.581	100	366	100	1.947	100

Fonte: Formict/MCTI

Em relação à formação dos profissionais que atuam no NIT, verificou-se que engenheiros, químicos e físicos representam 25,4%, administradores e economistas representam 19,1%, profissionais com formação jurídica representam 12,8%, os biólogos representam 8%, os profissionais de comunicação social representam 4% e outras formações representam 30,9%.

Tabela 6 - **Composição dos recursos humanos do NIT por formação profissional**

Função - NIT	Quantitativo	%
Engenharia, Química, Física	494	25,4
Administração/Economia	371	19,1
Direito	249	12,8
Ciências Biológicas	155	8,0
Comunicação Social	77	4,0
Outros	601	30,9
TOTAL	1.947	100

Fonte: Formict/MCTI

4.4. ATIVIDADES DO NIT

As atividades do NIT foram separadas em dois subgrupos:

I – Essenciais (conforme o parágrafo único do art. 16 da Lei de Inovação).

II – Complementares.

De posse das informações recebidas das instituições, verificou-se que o índice de implementação das atividades tidas como essenciais oscilou entre 43,6% e 76,1%. Dentre elas, as que tiveram maiores índices de implementação foram:

- Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de PI (76,1%).
- Zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção da PI (71,4%).
- Opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição (70,9%).

ATIVIDADES ESSENCIAIS DO NIT

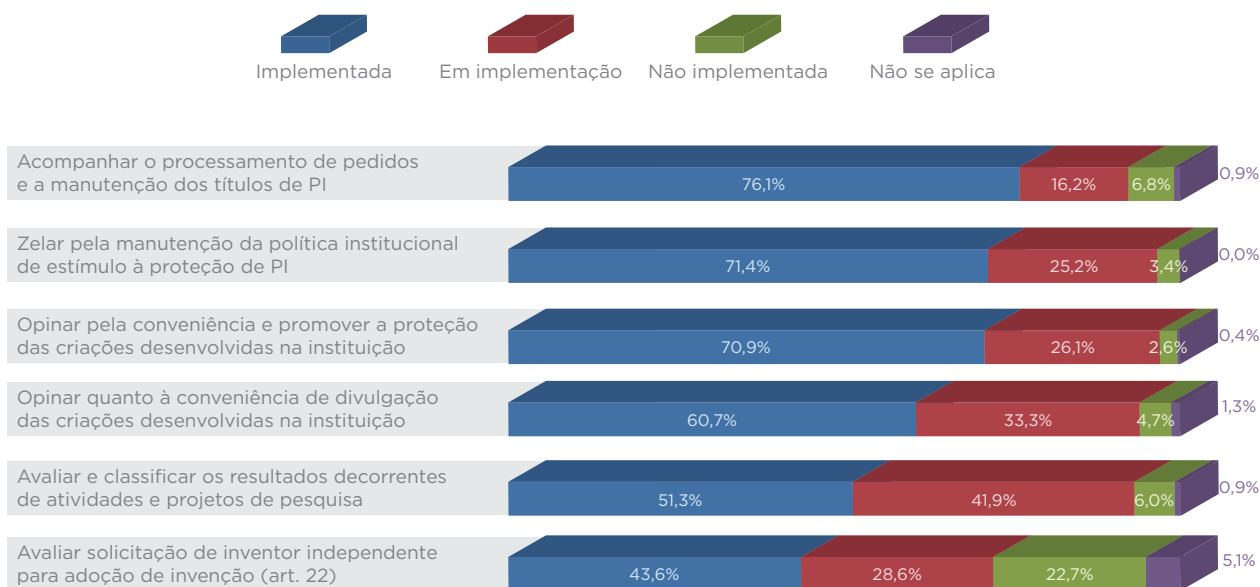



Gráfico 7 - Implementação das atividades essenciais dos NIT
Fonte: Formict/MCTI



Por parte das atividades consideradas complementares, verificou-se que o índice de implementação oscilou entre 11,5% e 70,9%. Dentre elas, as atividades que tiveram maiores índices de implementação foram:

- Política de Confidencialidade (70,9%).
- Eventos (68,8%).
- Capacitação realizada pelo NIT (65,0%).
- Orientação aos pesquisadores (64,1%).
- Relacionamento com empresas (61,1%).

As atividades complementares que tiveram menores índices de implementação foram:

- Inovação em marketing (13,7%).
- Valoração de tecnologia (15,4%).
- Avaliação econômica dos inventos (16,7%).
- Inovação social (20,5%).
- Inovação organizacional (22,2%).

Algumas importantes atividades que tiveram baixo índice de implementação estão em processo de desenvolvimento pelas instituições. Para comprovação de tal fato, basta verificar a incidência do índice “Em implementação” das atividades mencionadas a seguir:

- Cadastro de oferta e demanda (51,7%).
- Inovação organizacional (49,6%).
- Valoração de tecnologia (47,4%).

Na opção “Não se aplica” apontada por algumas instituições em relação às atividades citadas, verificou-se que as atividades seguintes apresentaram maiores índices nesse quesito:

- Inovação em marketing (8,6%).
- Atendimento à comunidade (6,8%).
- Inovação social (6,8%).
- Inovação organizacional (6,0%).

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

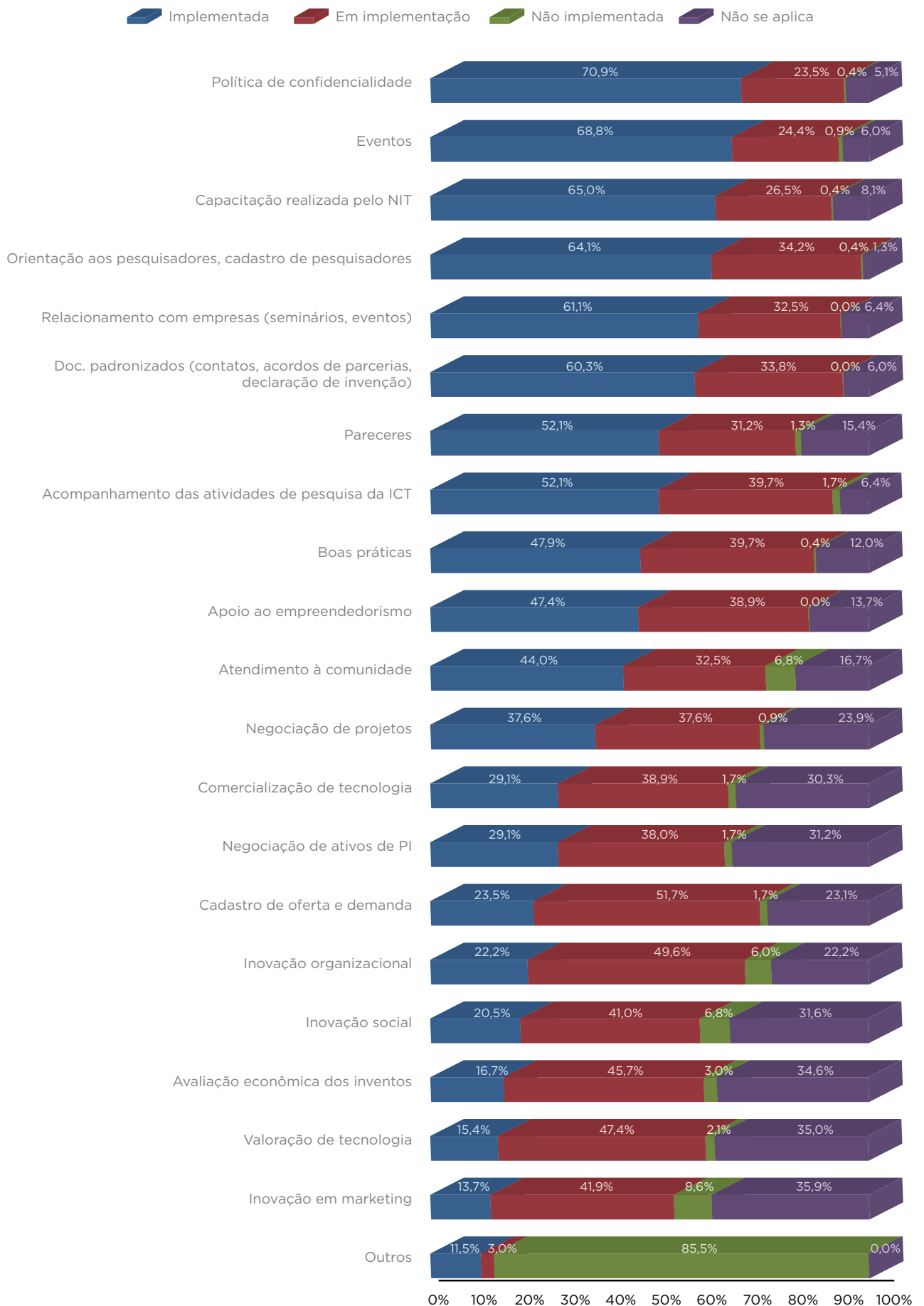


Gráfico 8 - Implementação das atividades complementares dos NIT
Fonte: Formict/MCTI

5. PROTEÇÕES DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL

A proteção da propriedade intelectual das ICT é estimulada pela Lei de Inovação, como forma de incrementar a produção tecnológica nessas instituições, bem como permitir maior controle e retorno dos ativos intangíveis que podem ser negociados com empresas interessadas.

5.1. INSTITUIÇÕES COM PEDIDOS DE PROTEÇÃO

No que diz respeito aos pedidos de proteção de propriedade intelectual por parte das instituições públicas, verificou-se que 66% (128 instituições) informaram que possuem pedidos de proteção de propriedade intelectual requeridos ou concedidos no ano-base de 2014, outros 34% (66 instituições) informaram que não possuem pedidos.

Por parte das instituições privadas, verificou-se que 47,1% (33 instituições) apresentaram pedidos de proteção de propriedade intelectual, enquanto 52,9% (37 instituições) informaram que não possuem pedidos de proteção requeridos ou concedidos no ano-base de 2014.

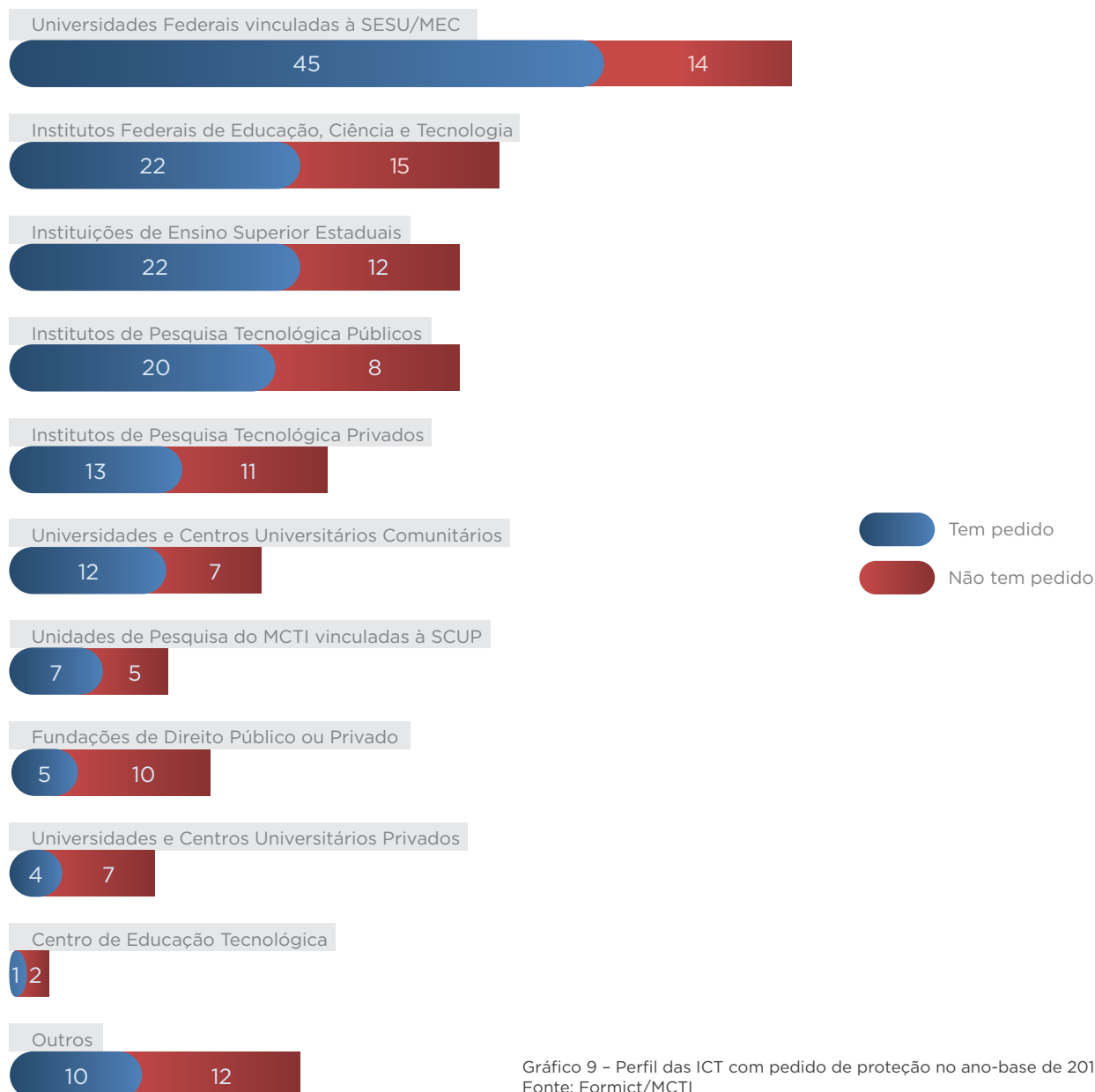
Tabela 7 - Quantidade de ICT com pedido de proteção no ano-base de 2014

Possui Pedido de Proteção	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	128	66,0	33	47,1	161	61,0
Não	66	34,0	37	52,9	103	39,0
TOTAL	194	100	70	100	264	100

Fonte: Formict/MCTI

Com relação às 103 instituições que não possuem pedidos de proteção requeridos ou concedidos no ano-base de 2014, verificou-se o seguinte perfil: 15 *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*; 14 *Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC*; 12 *Instituições de Ensino Superior Estaduais*; 11 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados*; 10 *Fundações de Direito Público ou Privado*; 8 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos*; 7 *Universidades e Centros Universitários Comunitários*; 7 *Universidades ou Centros Universitários Privados*; 5 *Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP*; 2 *Centros de Educação Tecnológica*; e 12 *Outros*.

POSSUI PEDIDO DE PROTEÇÃO



Conforme informações recebidas por meio do Formict, verificou-se que 128 instituições públicas foram responsáveis pelo total de 1.802 pedidos de proteção requeridos. Nas instituições privadas, verificou-se que 33 instituições foram responsáveis pelo total de 361 pedidos de proteção requeridos, totalizando 2.163 pedidos de proteção requeridos.

De posse das informações comentadas, buscou-se trabalhar com um indicador que mensurasse a relação entre quantidade de pedidos de proteção e o quantitativo das instituições (com pedidos de proteção requeridos), conforme apresentado na fórmula a seguir:

$$\frac{\Sigma \text{ Qtd. pedidos de proteção requeridos}}{\Sigma \text{ Qtd. instituições com pedidos de proteção requeridos}}$$

Por meio desse indicador, verificou-se que as instituições públicas, responsáveis pela grande maioria dos pedidos de proteção, apresentaram resultado superior ao das instituições privadas.

As instituições privadas apresentaram o índice de 10,9 pedidos de proteção requeridos por instituição (361/33 instituições com pedidos de proteção requeridos), já as instituições públicas apresentaram o índice de 14,1 pedidos de proteção requeridos por instituição (1.802/128 instituições com pedidos de proteção requeridos), conforme demonstra o Gráfico 10.

ÍNDICE (PI ÷ INSTITUIÇÕES)

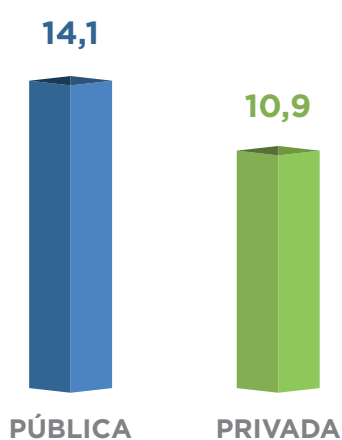


Gráfico 10 - Índice de proteção por tipo de instituição
Fonte: Formict/MCTI

Com relação às proteções concedidas, 32 instituições públicas tiveram 252 pedidos de proteção concedidos em 2014 e 9 instituições privadas obtiveram 98 pedidos concedidos, totalizando 350 pedidos de proteção de propriedade intelectual concedidos.

5.2. ANÁLISE DOS PEDIDOS DE PROTEÇÃO

Em relação ao país de preferência para registro dos pedidos de Propriedade Intelectual requeridos, foi constatado que a grande maioria das instituições, sejam públicas ou privadas, deu preferência por registrar seus pedidos no Brasil.

As instituições públicas informaram que 93,7% de seus pedidos de proteção requeridos ocorreram no Brasil, apenas 6,1% dos pedidos de proteção requeridos ocorreram no exterior e 0,3% em ambos (Brasil e exterior).

Em relação às instituições privadas, 93,6% dos pedidos das instituições privadas ocorreram no Brasil, 6,4% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior), conforme demonstra a Tabela 8.

Tabela 8 – Proteções requeridas x instituição solicitante x país

Proteções Requeridas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	1.688	93,7	338	93,6	2.026	93,7
Exterior	109	6,1	23	6,4	132	6,1
Brasil/Exterior	5	0,3	0	0,0	5	0,2
TOTAL	1.802	100	361	100	2.163	100

Fonte: Formict/MCTI

Já em relação aos pedidos de proteção concedidos, as instituições públicas informaram que 94,1% de seus pedidos de proteção concedidos ocorreram no Brasil, apenas 5,6% dos pedidos de proteção concedidos ocorreram no exterior e 0,4% em ambos (Brasil e exterior).

No referente às instituições privadas, 88,8% dos pedidos foram concedidos no Brasil, 11,2% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior).

No total, 92,6% deles foram concedidos no Brasil, 7,1% foram concedidos no exterior e 0,3% em ambos (Brasil e exterior).

Tabela 9 – Proteções concedidas x instituição solicitante x país

Proteções Concedidas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	237	94,1	87	88,8	324	92,6
Exterior	14	5,6	11	11,2	25	7,1
Brasil/Exterior	1	0,4	0	0,0	1	0,3
TOTAL	252	100	98	100	350	100

Fonte: Formict/MCTI


Com relação aos tipos de pedidos de proteção requeridos, verificou-se que 1.284 são *Patente de Invenção*, 444 são relativos a *Programa de Computador*, 263 são de *Registro de Marca*, 58 são de *Modelo de Utilidade*, 44 são de *Desenho Industrial*, 44 são de *Proteção de Cultivar*, 3 são de *Direito Autoral* e 23 correspondem a *Outros* tipos de proteção.

Tabela 10 – Tipos de pedidos de proteção requeridos

Tipo de pedido	Pública	Privada	Quant.
Patente de Invenção	1.109	175	1.284
Programa de Computador	298	146	444
Registro de Marca	237	26	263
Modelo de Utilidade	49	9	58
Desenho Industrial	39	5	44
Registro de Cultivar	44	0	44
Direito Autoral	3	0	3
Indicação Geográfica	0	0	0
Top. Circuitos Integrados	0	0	0
Outros	23	0	23
TOTAL	1.802	361	2.163

Fonte: Formict/MCTI

Com base nas informações prestadas pelas instituições, foi possível identificar o relacionamento entre os diferentes tipos de propriedade intelectual com os setores econômicos. Como parâmetro para esse último, utilizou-se a Classificação Nacional das Atividades Econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



A Tabela 11 traz a relação, de acordo com o perfil de ICT, entre as comunicações de invenção recebidas pelo NIT e os pedidos de proteção requeridos, com vistas a entender qual quantitativo das comunicações de invenção é considerado passível de proteção intelectual pelo NIT. Considerando que as comunicações de invenção não são convenientes para todos os tipos de proteção, foram incluídos na contabilização do total de pedidos requeridos na Tabela 11 os seguintes tipos de pedidos: Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Programa de Computador, Desenho Industrial, Topografia de Circuitos Integrados e Outros.

Tabela 11 - **Comunicações de invenção x proteções requeridas por perfil ICT**

Perfil	Comunicações de Invenção	Proteções Requeridas*
Centro de Educação Tecnológica	18	5
Fundações de Direito Público ou Privado	16	9
Instituições de Ensino Superior Estaduais	475	418
Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados	133	194
Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos	136	140
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	169	108
Unidades de Pesquisa do MCTI	118	36
Universidades e Centros Universitários Comunitários	86	38
Universidades e Centros Universitários Privados	58	51
Universidades Federais	1.244	795
Outros possíveis	168	59
TOTAL	2.621	1.853

Fonte: Formict/MCTI

* Proteções Requeridas: Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Programa de Computador, Desenho Industrial, Topografia de Circuitos Integrados e Outros.

Tabela 12 – Tipos de proteções requeridas x setor econômico

Setor Econômico	MU	DI	PI	PC	TCI	RC	RMPS	RMCo	RMCe	RIG	RDA	OU
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca, Aquicultura	2	1	93	9	0	44	25	0	0	0	0	2
Indústrias Extrativas	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústrias de Transformação	26	27	639	21	0	0	54	0	0	0	0	2
Eletricidade e Gás	2	0	38	12	0	0	0	0	0	0	0	1
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	4	0	57	1	0	0	2	0	0	0	0	2
Construção	2	0	21	4	0	0	3	0	0	0	0	0
Comércio: Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Transporte, Armazenagem e Correio	1	0	12	2	0	0	0	0	0	0	0	1
Alojamento e Alimentação	2	0	26	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Informação e Comunicação	0	0	65	244	0	0	19	0	0	0	0	0
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atividades Imobiliárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	8	3	192	37	0	0	52	1	1	0	2	9
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0	3	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1	1	1	25	0	0	6	0	0	0	0	0
Educação	1	3	18	46	0	0	75	0	0	0	1	0
Saúde Humana e Serviços Sociais	9	5	98	28	0	0	12	0	0	0	0	6
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	0	3	6	2	0	0	6	0	0	0	0	0
Outras Atividades de Serviços	0	1	1	7	0	0	5	0	0	0	0	0
Serviços Domésticos	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	58	44	1.284	444	0	44	261	1	1	0	3	23

MU – Modelo de Utilidade

DI – Desenho Industrial

PI – Patente de Invenção

PC – Programa de Computador

TCI – Top. Circuitos Integrados

RC – Registro de Cultivar

RMPS – Reg. Marca Produtos e Serviços

RMCo – Reg. Marca Coletiva

RMCe – Reg. de Marca de Certificação

RIG – Reg. Indicação Geográfica

RDA – Reg. Direitos Autorais

OU – Outros

Fonte: Formict/MCTI



Dentre os resultados identificados na análise das proteções requeridas, cabe mencionar o número expressivo de patentes de invenção, que corresponderam a 1.284 pedidos, o que representa 59,4% do total. Os setores econômicos que tiveram maior índice de aplicação por este tipo de proteção foram: *Indústria de Transformação*, 29,5% (639 pedidos); *Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas*, 8,9% (192 pedidos); *Saúde Humana e Serviços Sociais*, 4,5% (98 pedidos); e *Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura*, 4,3% (93 pedidos).

Das proteções requeridas no setor Indústrias de Transformação, destacam-se as patentes de invenção nas seguintes áreas: *Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos*, 8,0% (172 pedidos); *Fabricação de Produtos Químicos*, 7,1% (154 pedidos); *Fabricação de Máquinas e Equipamentos*, 2,6% (56 pedidos); *Fabricação de Produtos Alimentícios*, 2,5% (55 pedidos); *Fabricação de Produtos Diversos*, 1,7% (36 pedidos); *Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos*, 1,6% (35 pedidos); *Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos*, 1,4% (30 pedidos); *Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis*, 0,7% (16 pedidos); *Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico*, 0,7% (15 pedidos); *Metalurgia*, 0,5% (10 pedidos); conforme demonstra o Gráfico 11.

PATENTES DE INVENÇÃO REQUERIDAS NO SETOR INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

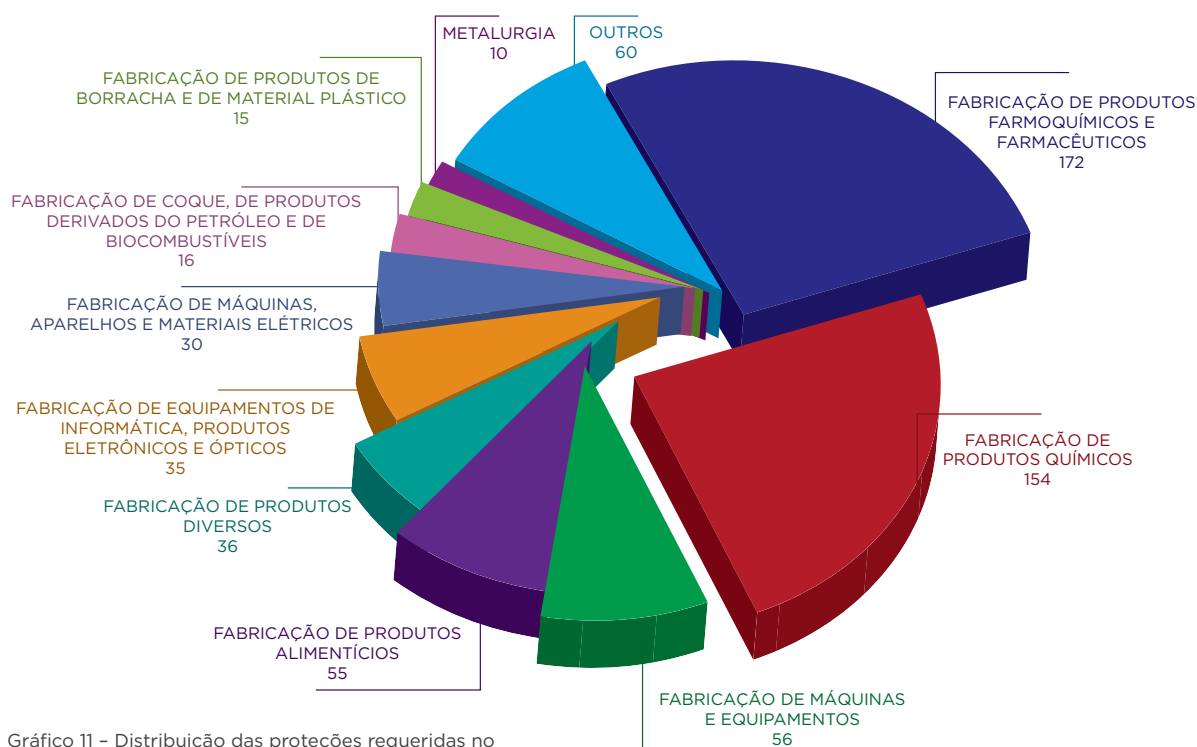



Gráfico 11 – Distribuição das proteções requeridas no setor indústrias de transformação
Fonte: Formict/MCTI



Com relação às proteções concedidas, o tipo de pedido que teve a maior quantidade de concessões foi Programa de Computador, representando 48,3% do total (169 proteções concedidas).

Verificou-se uma incidência significativa de registros concedidos de Patentes de Invenção, representando 21,7% (76 registros concedidos) do total, com aplicação em diversos setores econômicos, tais como: Indústrias de Transformação; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; e Outros.

Tabela 13 – Tipos de proteções concedidas x setor econômico

Setor Econômico	MU	DI	PI	PC	TCI	RC	RMPS	RMCo	RMCe	RIG	RDA	OU
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca, Aquicultura	0	0	3	0	0	11	1	0	0	0	6	0
Indústrias Extrativas	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústrias de Transformação	4	4	37	3	0	0	1	0	0	0	0	0
Eletricidade e Gás	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	1
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Construção	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Comércio: Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transporte, Armazenagem e Correio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alojamento e Alimentação	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0
Informação e Comunicação	0	0	1	83	0	0	26	0	0	0	1	0
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atividades Imobiliárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	1	0	25	14	0	0	6	0	0	0	1	0
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	0	1	0	9	0	0	7	1	0	0	1	0
Educação	0	1	0	19	0	0	19	0	0	0	0	0
Saúde Humana e Serviços Sociais	1	0	3	24	0	0	2	1	0	0	1	0
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	0	0	1	1	0	0	2	0	0	0	1	0
Outras Atividades de Serviços	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviços Domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	6	6	76	169	0	15	64	2	0	0	11	1

MU - Modelo de Utilidade	TCI - Top. Circuitos Integrados	RMCe - Reg. de Marca de Certificação
DI - Desenho Industrial	RC - Registro de Cultivar	RIG - Reg. Indicação Geográfica
PI - Patente de Invenção	RMPS - Reg. Marca Produtos e Serviços	RDA - Reg. Direitos Autorais
PC - Programa de Computador	RMCo - Reg. Marca Coletiva	OU - Outros

Fonte: Formict/MCTI

Com relação à cotitularidade das proteções, observou-se que a preferência foi por pedidos sem cotitularidade, sendo que eles representaram 74,1% das proteções requeridas e 82,6% das proteções concedidas. Os pedidos com cotitularidade representaram 25,9% das proteções requeridas e 17,4% das proteções concedidas.

Tabela 14 - **Cotitularidade das proteções**

Proteções	Requerida						Concedida					
	Pública	%	Privada	%	Total	%	Pública	%	Privada	%	Total	%
Com Cotitularidade	503	27,9	57	15,8	560	25,9	44	17,5	17	17,4	61	17,4
Sem Cotitularidade	1.299	72,1	304	84,2	1.603	74,1	208	82,5	81	82,7	289	82,6
TOTAL	1.802	100	361	100	2.163	100	252	100	98	100	350	100

Fonte: Formict/MCTI

6. CONTRATOS DE TECNOLOGIA

O art. 6º da Lei de Inovação faculta à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

O recebimento de rendimentos pelos contratos firmados pelas ICT constitui uma etapa avançada do processo de comercialização de tecnologias geradas nessas instituições, o que geralmente inclui a proteção da invenção; a elaboração de contrato para transferência de tecnologia, o licenciamento ou a exploração; o uso comercial da tecnologia; e por fim o pagamento de royalties ou prêmios para a ICT.

6.1. INSTITUIÇÕES COM CONTRATOS DE TECNOLOGIA

De acordo com as informações recebidas por meio do Formict, verificou-se que a grande maioria não possui contratos de transferência de tecnologia. Apenas 48 instituições informaram possuir contratos firmados em 2014, sendo 36 instituições públicas e 12 instituições privadas. Em relação às instituições que não possuem contratos de transferência de tecnologia firmados em 2014, 158 são instituições públicas e 58 são instituições privadas, totalizando 216 instituições.

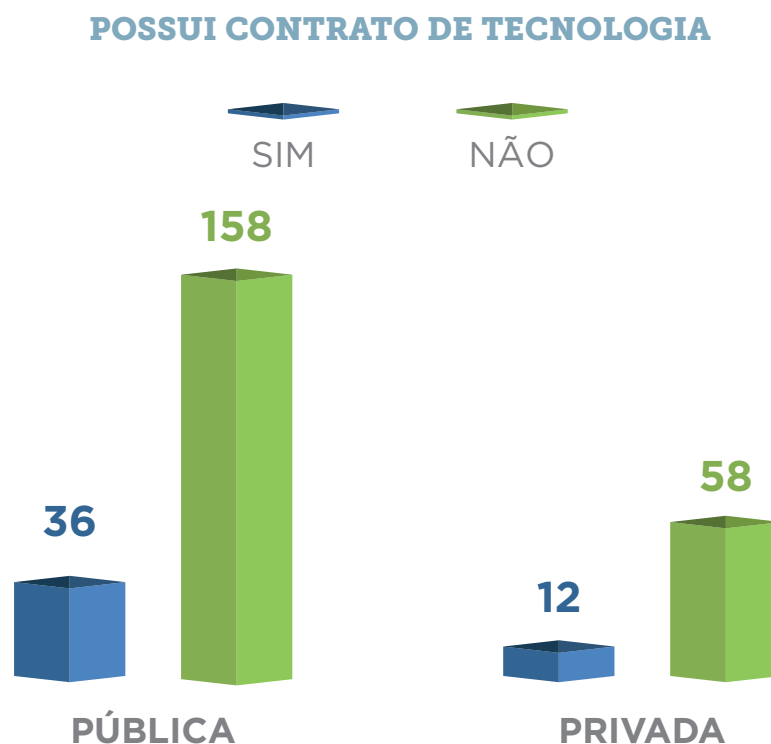


Gráfico 12 - Quantidade de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia.
Fonte: Formict/MCTI

Das 48 instituições que informaram possuir contratos de tecnologia, a maioria é representada pelas *Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC*, sendo 15 instituições deste perfil que possuem contratos de tecnologia, seguidas por: 7 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos*, 7 *Instituições de Ensino Superior Estaduais*, 6 *Universidades e Centros Universitários Comunitários*, 4 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados*, 2 *Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP*, 1 *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*, 1 *Universidade e Centro Universitário Privado*; 1 *Fundação de Direito Público ou Privado*; e 4 *Outros*.

INSTITUIÇÕES COM CONTRATO DE TECNOLOGIA

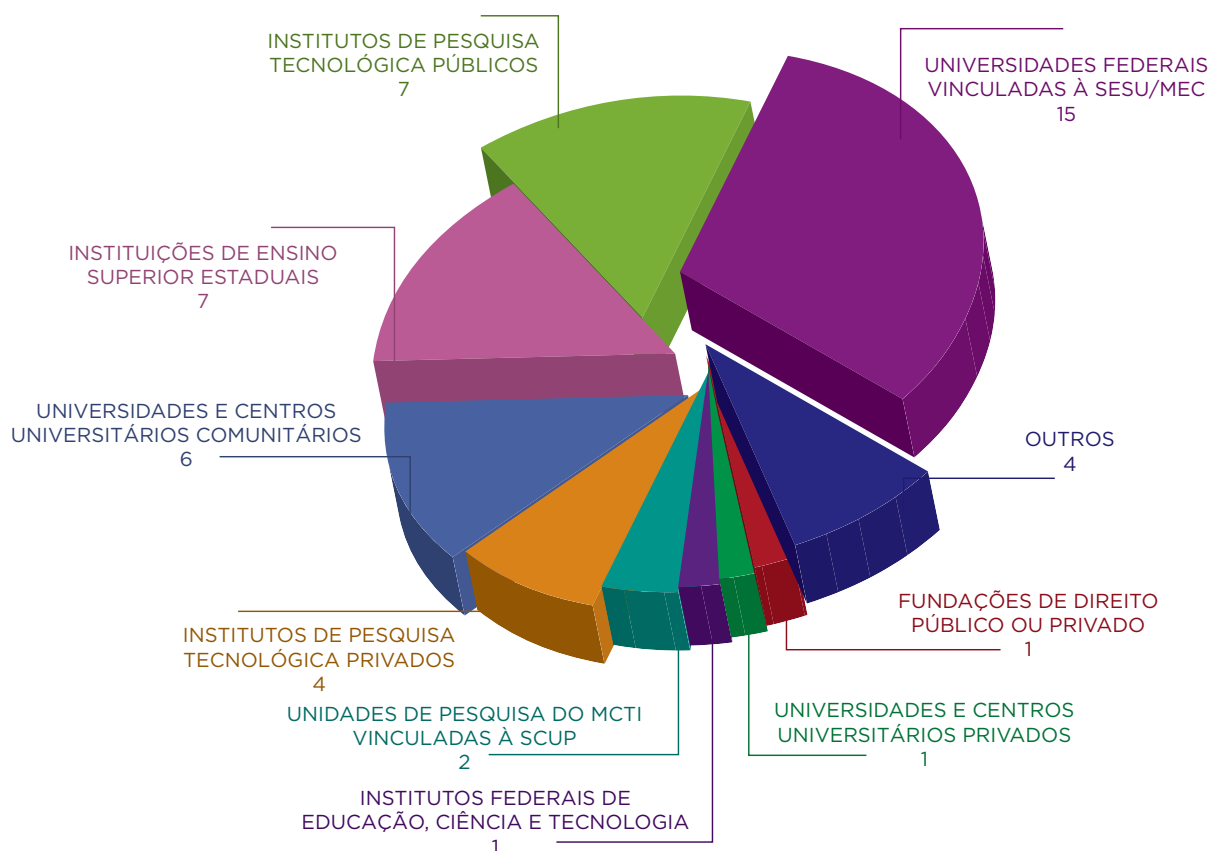


Gráfico 13 - Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia
Fonte: Formict/MCTI

6.2. ANÁLISE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA

Foram contabilizados 2.171 Contratos de Tecnologia, sendo 63,6% *Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual*; 17,5% *Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação*; 8,9% *Contrato de know-how*; 4,4% *Acordo de confidencialidade*; 3,4% *Contrato de cotitularidade*; 1,2% *Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em*

atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação; 0,4% Acordo de transferência de material biológico; 0,1% Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual; 0,1% Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa; e 0,4% Outros.

Tabela 15 - Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto

Objeto	Qtde. de ICT que informaram ter contrato por objeto	Quantidade	%
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros).	29	1.380	63,6
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	27	380	17,5
Contrato de know-how (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	14	193	8,9
Acordo de confidencialidade.	10	95	4,4
Contrato de cotitularidade.	17	74	3,4
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação.	5	26	1,2
Acordo de transferência de material biológico.	4	9	0,4
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	3	3	0,1
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa.	3	3	0,1
Outros	4	8	0,4
TOTAL	-	2.171	100

Fonte: Formict/MCTI

As instituições públicas foram responsáveis por 663 contratos classificados como *Sem Exclusividade*, ou seja, quando o contrato permite que a ICT negocie a mesma tecnologia com outras empresas; 1.241 contratos de *Outras Formas*, que correspondem aos casos de tecnologias negociadas, porém que não foram objeto de proteção; e 151 contratos *Com Exclusividade*. As instituições privadas foram responsáveis por 17 contratos *Sem Exclusividade*, 7 contratos de *Outras Formas* e 92 contratos *Com Exclusividade*.

Tabela 16 - **Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade**

Contratos	Pública	Privada	Total
Sem Exclusividade	663	17	680
Outras Formas	1241	7	1248
Com Exclusividade	151	92	243
TOTAL	2055	116	2171

Fonte: Formict/MCTI

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia, a região Sul foi a que apresentou o maior montante, R\$167,2 milhões oriundos de 501 contratos; já a região Centro-Oeste, apesar de apresentar o maior número de contratos, 1.209, apresentou rendimentos no valor de R\$20,8 milhões relativos aos contratos, conforme Tabela 17¹.

Os 2.171 Contratos de Tecnologia totalizaram um montante da ordem de R\$338,5 milhões. Deles, o objeto de contrato que apresentou maior montante foi o *Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação*, com R\$218,7 milhões oriundos de 380 contratos desse tipo. Os contratos informados como *Contrato de know-how* apresentaram o segundo maior montante, R\$72 milhões, com 193 contratos; em seguida o *Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual*, cujo montante foi de R\$37,3 milhões com 1.380 contratos; os do tipo *Contrato de cotitularidade* apresentaram o montante de R\$7,6 milhões com 74 contratos; os do tipo *Outros* apresentaram o montante de R\$2,4 milhões com 8 contratos; nos do tipo *Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação*, o montante apresentado foi de R\$133,6 mil com 26 contratos, já os *Contratos de cessão de direitos de propriedade intelectual* apresentaram o montante de R\$96,1 mil. Os demais contratos não apresentaram valor.

¹ Os contratos podem ser negociados por valor ou por porcentagem nos rendimentos auferidos com a comercialização do produto. Caso sejam negociados por porcentagem, a instituição informa que não houve valor dos contratos e informa anualmente os rendimentos no bloco seguinte.

Tabela 17 - Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região

Objeto	Sul		Sudeste		Centro-Oeste		Nordeste		Norte	
	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	148	14.693.779,16	45	1.977.327,47	1.185	20.591.194,50	2	99.800,00	0	0,00
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	216	138.425.754,65	128	69.940.972,87	10	0,00	26	10.396.957,96	0	0,00
Contrato de know-how (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	105	4.000.126,55	85	67.880.259,44	3	179.736,59	0	0,00	0	0,00
Acordo de confidencialidade.	10	0,00	85	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato de cotitularidade.	13	7.646.041,59	47	0,00	6	0,00	8	0,00	0	0,00
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação.	1	0,00	24	133.667,97	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Acordo de transferência de material biológico.	4	0,00	5	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	1	0,00	1	0,00	1	96.178,25	0	0,00	0	0,00
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa.	1	0,00	1	0,00	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros	2	2.438.563,45	4	0,00	2	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	501	167.204.265,40	425	139.932.227,75	1209	20.867.109,34	36	10.496.757,96	0	0,00

Fonte: Formict/MCTI

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia firmados por instituições públicas em 2014, alcançou-se o montante de R\$276,2 milhões, prevalecendo a realização de contratos de *Outras Formas*, totalizando aproximadamente R\$113,2 milhões. Com relação aos contratos de *Com Exclusividade*, verificou-se o valor de R\$55,5 milhões, já os contratos *Sem Exclusividade* chegaram ao valor de R\$107,4 milhões.

O setor privado contabilizou o montante de R\$62,3 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que os contratos firmados *Com Exclusividade* contabilizaram R\$48,2 milhões dos contratos firmados, enquanto que os contratos *Sem Exclusividade* foram responsáveis por R\$5,2 milhões, e R\$8,7 milhões foram contabilizados nos contratos de *Outras Formas*.

No cômputo geral, foram contabilizados mais de R\$338,5 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que 33% dos recursos correspondem a contratos de instituições públicas firmados de *Outras Formas*, enquanto os recursos relativos a contratos *Sem Exclusividade* provenientes de instituições públicas representaram 32% e contratos *Com Exclusividade* representaram 16% dos recursos contabilizados. Em relação às instituições privadas, verificou-se que os contratos firmados *Sem Exclusividade* representaram 2% do valor total, *Outras Formas* de contratos representaram 3%, já os contratos firmados *Com Exclusividade* representaram 14% do total, conforme demonstra o Gráfico 14.

MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA FIRMADOS EM 2014

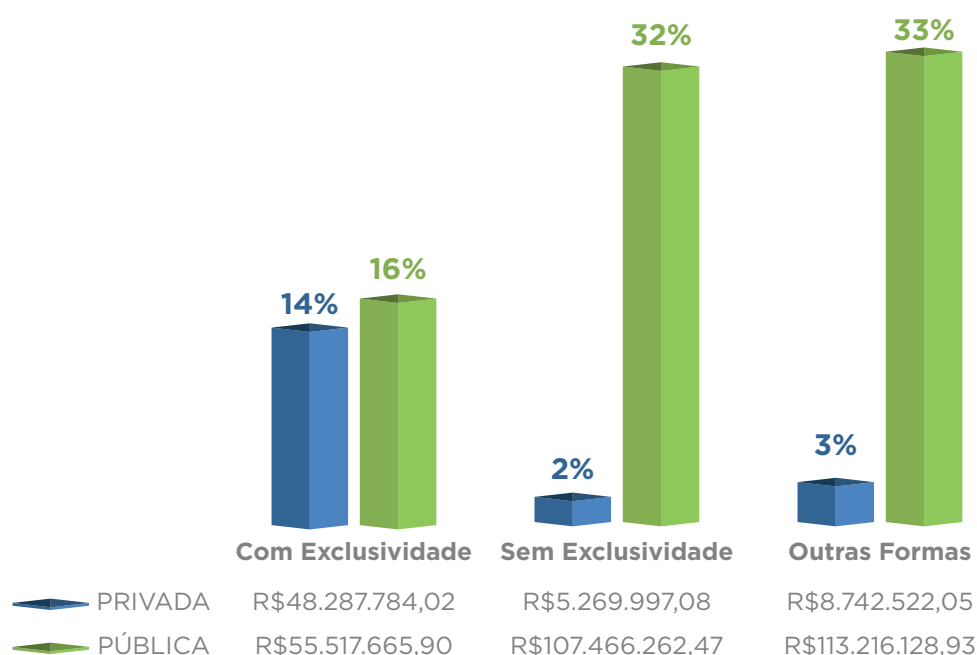


Gráfico 14 - Montante dos contratos de tecnologia firmados em 2014
Fonte: Formict/MCTI



6.3. RENDIMENTOS OBTIDOS COM CONTRATOS DE TECNOLOGIA

Com relação aos rendimentos recebidos com os Contratos de Tecnologia, foram considerados os rendimentos referentes aos contratos firmados no ano-base de 2014 e que geraram recursos em 2014; ou que tenham sido firmados em anos anteriores, mas geraram recursos no ano de 2014.

As instituições públicas informaram que receberam aproximadamente R\$152,4 milhões de rendimentos relativos à transferência de tecnologia. Já as instituições privadas contabilizaram R\$95 milhões de rendimentos. No total, foram auferidos mais de R\$247,4 milhões de rendimentos.

No referente aos gastos que as instituições tiveram em 2014 com registros e manutenção de proteções de propriedade intelectual, as instituições públicas informaram o gasto de R\$5,8 milhões e as instituições privadas R\$1,4 milhão.

Tabela 18 - **Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2014**

Recursos	Valores (R\$)	
	Pública	Privada
Rendimentos no ano percebidos na transferência de tecnologia	152.448.483,43	95.023.100,97
Gastos com registros e manutenção da PI	5.874.291,82	1.428.977,03

Fonte: Formict/MCTI

7. ANÁLISE COMPARATIVA 2010/2011/2012/2013/2014

Neste capítulo será realizada uma análise comparativa das informações fornecidas pelas ICT nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. A comparação permite observar a evolução do preenchimento e os avanços recentes das instituições.

No período analisado, observou-se um crescimento do quantitativo de instituições que responderam o formulário, conforme demonstrado no Gráfico 15. No ano-base de 2014, verificou-se que 264 instituições preencheram o formulário, representando um crescimento de 1,1% em relação ao ano anterior.

QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES RESPONDENTES (ANO-BASE 2014)

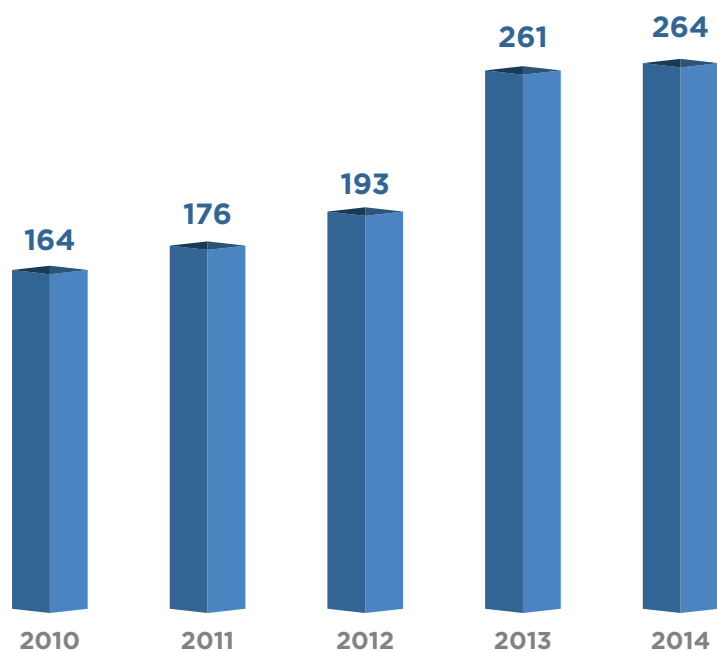


Gráfico 15 - Comparativo do quantitativo de ICT que responderam o Formict
Fonte: Formict/MCTI

Com relação à distribuição regional das ICT, em 2014 as alterações em relação ao ano anterior foram de poucos pontos percentuais, sendo que a região Centro-Oeste foi a que apresentou maior aumento na participação, passando de 7,3% para 8,3%; seguida da região Norte, que passou de 10,7% para 11,4%; e da região Nordeste, que passou de 19,5% para 20,1%; a região Sudeste decresceu 1,2%, passando de 39,5% para 38,3%; e a região Sul passou de 23% para 22%.

DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO

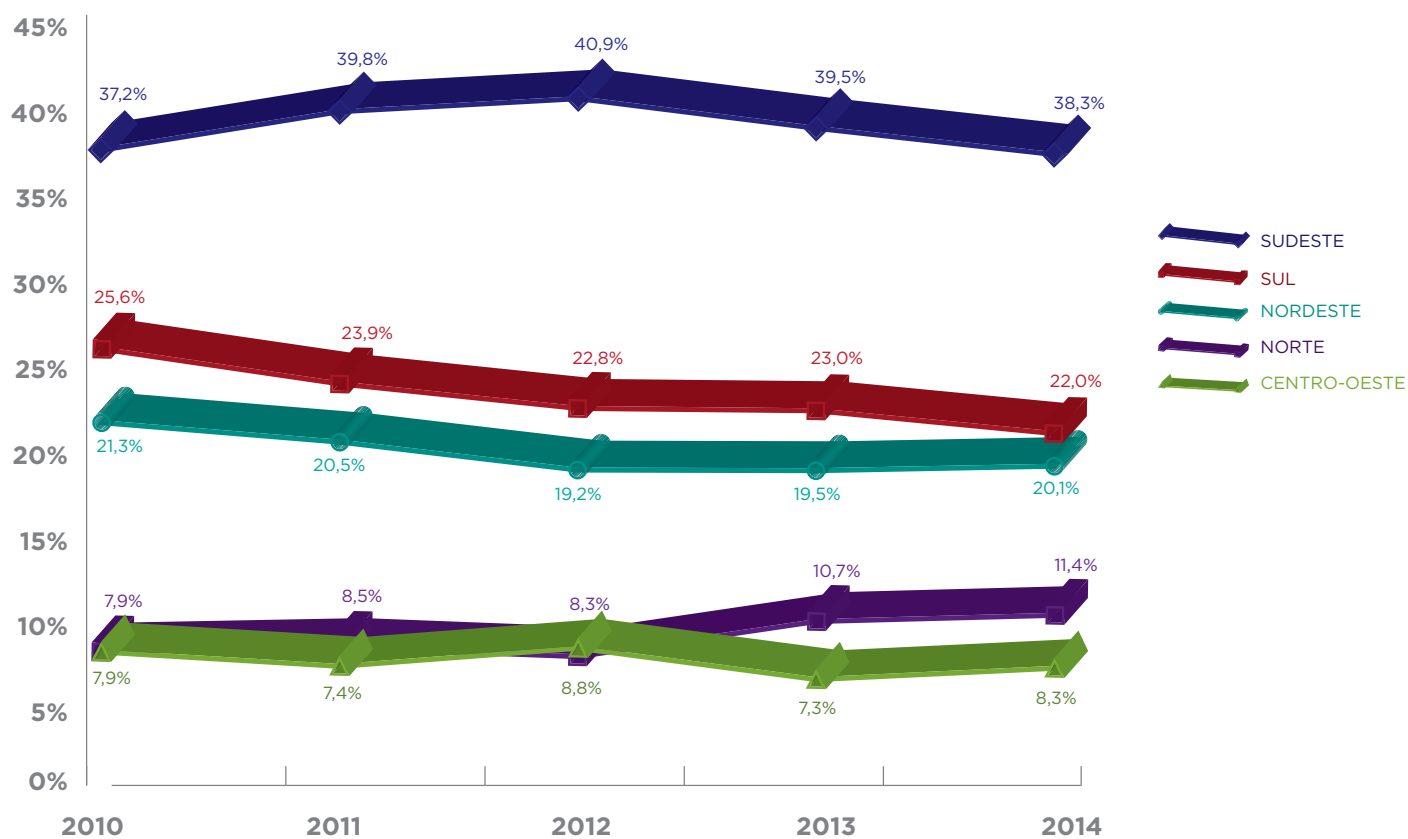


Gráfico 16 - Comparativo da distribuição de ICT por região
Fonte: Formict/MCTI

A implementação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas instituições vem crescendo a cada ano. Comparando os dados de 2014 com o ano anterior, observou-se um adicional de 14 instituições que informaram que os seus núcleos estão *Implementados*, um decréscimo de 12 instituições que estão *Em implementação* do NIT; e o adicional de 1 instituição, que se encontra na situação de NIT *Não Implementado*.

ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NIT

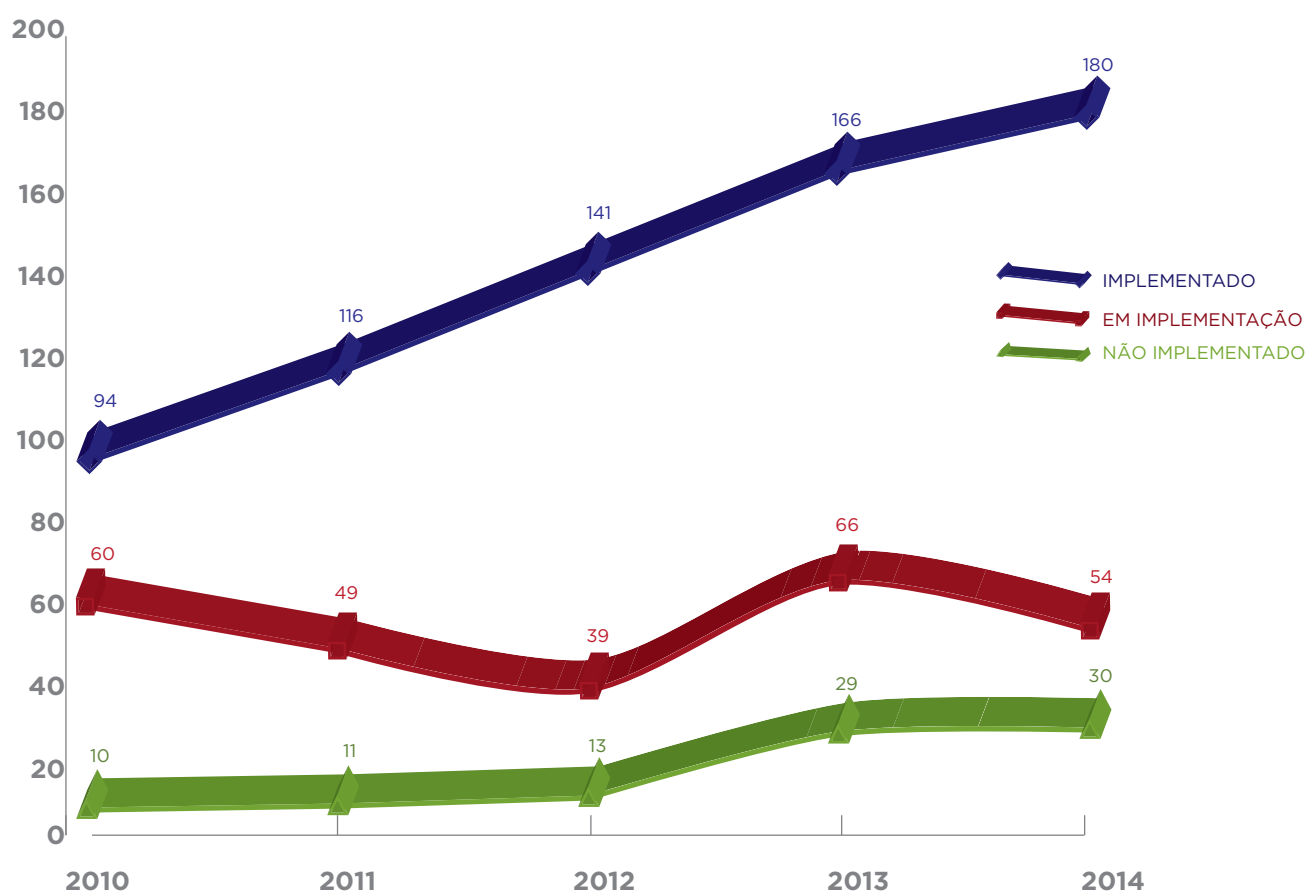


Gráfico 17 - Comparativo do estágio de implementação dos NIT
Fonte: Formict/MCTI

No tocante à implementação da Política de Inovação, houve um crescimento de instituições que informaram que possuem documentos formais com diretrizes que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação. Em 2013, 69,3% das instituições informaram possuir política de inovação implementada. Já em 2014, esse percentual foi de 73,4%.

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO

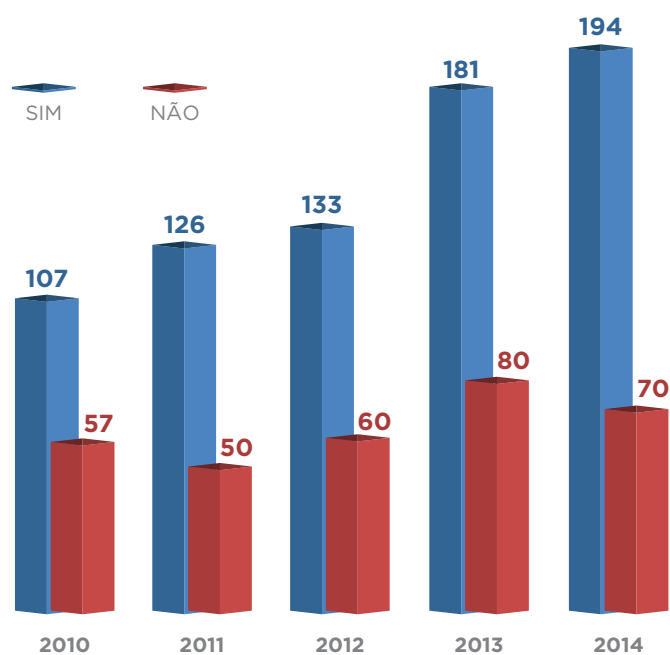


Gráfico 18 - Comparativo da implementação da política de inovação
Fonte: Formict/MCTI

Comparando a quantidade de instituições que declararam possuir pedido de proteção de propriedade intelectual de 2014 em relação ao ano anterior, observou-se um adicional de 13 instituições que declaram possuir proteções intelectuais.

POSSUI PEDIDO DE PROTEÇÃO

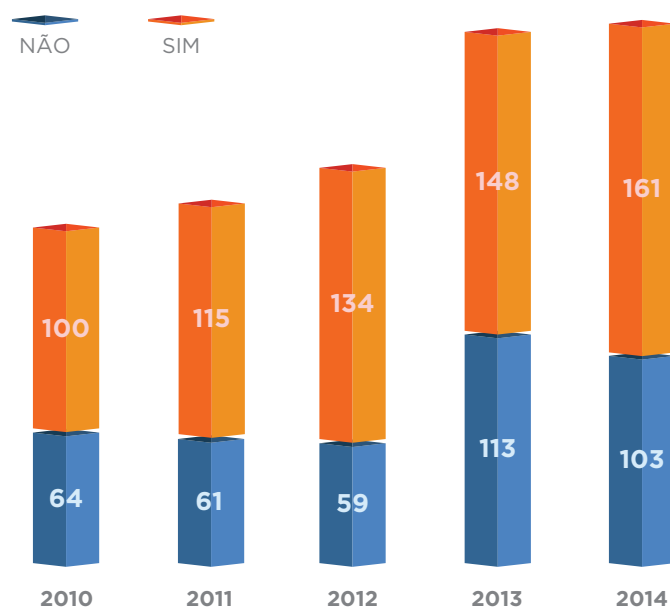


Gráfico 19 - Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção
Fonte: Formict/MCTI

Analisando as informações apresentadas, verificou-se que no ano-base de 2014 foram registrados 2.163 pedidos requeridos, confirmando-se a evolução de 13,8% em relação ao ano anterior. Com relação aos pedidos concedidos em 2014, houve um aumento de 79 pedidos em relação ao ano anterior.

PEDIDO DE PROTEÇÃO

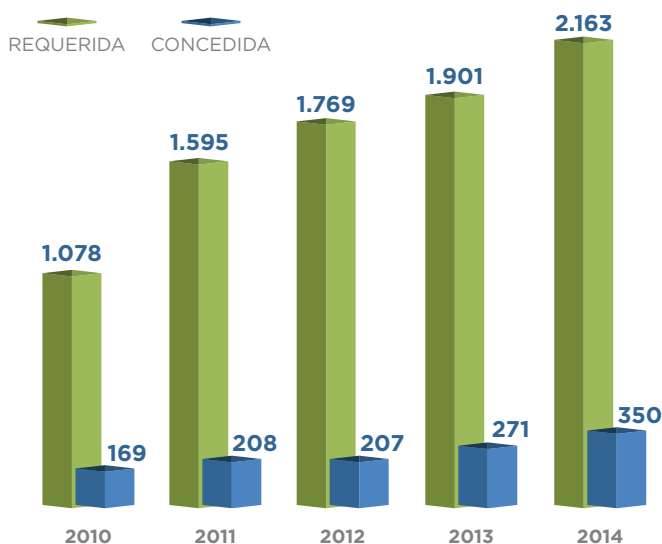


Gráfico 20 - Comparativo da quantidade de pedidos de proteção
Fonte: Formict/MCTI

O montante dos contratos de tecnologia tem crescido fortemente no período analisado. Observou-se que o montante de 2014 foi 11,8% superior ao de 2013, correspondendo ao acréscimo de R\$35,7 milhões.

MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA R\$ MILHÕES

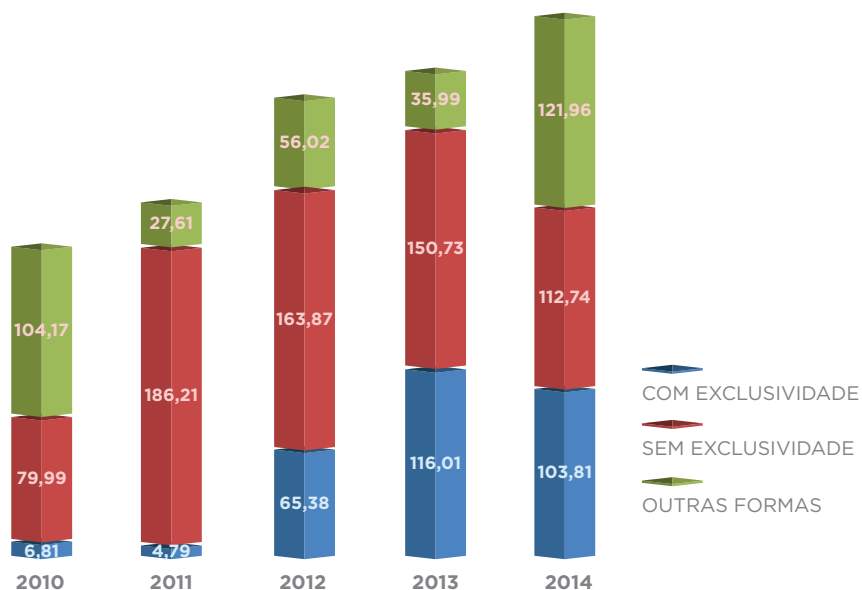


Gráfico 21 - Comparativo do montante dos contratos de tecnologia
Fonte: Formict/MCTI



8. CONCLUSÃO

Em 2015, houve um pequeno crescimento no preenchimento do formulário relativo ao ano-base de 2014, tendo sido preenchido por 264 instituições (194 ICT e 70 instituições privadas), ou seja, um aumento de 1,1% na participação com relação ao ano anterior.

Nota-se um crescimento na implementação na política de inovação, mas permanece a dificuldade de implementação de algumas atividades da Política de Inovação nas ICT, especialmente aquelas ligadas às flexibilidades do pesquisador, como com relação à colaboração em outra ICT ou para constituição de empresa.

É possível perceber o crescimento anualmente do número de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) implementados, sendo 94 no ano-base de 2010, 116 em 2011, 141 em 2012, 166 em 2014 e 180 em 2015.

Destaca-se ao longo dos anos o aumento nos pedidos de proteção, representando os 2.163 pedidos requeridos um incremento de 100,6%, nos últimos quatro anos (1.078 pedidos no ano-base de 2010). Conforme observado na Tabela 11, observa-se que a quantidade de comunicações de invenções é na proporção de 1,41 para cada pedido de proteção. Esta informação foi inserida em 2014 para ajudar a identificar se está sendo realizada uma seleção pelo NIT das invenções passíveis de proteção.

Não houve crescimento significativo no quantitativo de instituições que celebram contratos de tecnologia, no entanto, houve aumento tanto na quantidade dos contratos (2.171 contratos) quanto no montante que eles representam (R\$338,5 milhões). O contrato que teve o maior montante foi *Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação*, com um montante de R\$218,7 milhões, evidenciando que o *Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual* não é a única forma de transferência do conhecimento, existindo outras modalidades igualmente relevantes, que também poderão gerar rendimentos para a instituição.


Os rendimentos auferidos pelas ICT tiveram um acréscimo superior a 30% em relação ao ano-base de 2013, totalizando R\$247,4 milhões de rendimentos, contra R\$185,5 milhões no ano anterior.

Os dados coletados pelo Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICT do Brasil (Formict) têm demonstrado os avanços anuais e também apontado para as oportunidades de aperfeiçoamento do processo.

APÊNDICE

Lista das instituições que preencheram o Formict ano-base de 2014


ICT	SIGLA	UF
AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS	APTA	SP
ASSOC. SUL-RIO-GRANDENSE DE APOIO AO DES. DE SOFTWARE	SOFTSUL	RS
ASSOCIAÇÃO CIDADE DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	CITÉ	SP
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	ITEP/OS	PE
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E	IMPA	RJ
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS/NIT-RIO	CBPF/NIT-RIO	RJ
CENTRO DE ANÁLISES DE SISTEMAS NAVAIS	CASNAV	RJ
CENTRO DE AVALIAÇÕES DO EXÉRCITO	CAEX	RJ
CENTRO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉRCITO	CCOMGEX	DF
CENTRO DE HIDROGRAFIA DA MARINHA	CHM	RJ
CENTRO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA SENAI CAMPUS CETEC	CIT	MG
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	CTI RENATO ARCHER	SP
CENTRO DE TECNOLOGIA EM DUTOS - CTDUT	CTDUT	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	CETEM	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIAS DO GÁS E ENERGIAS RENOVÁVEIS	CTGAS-ER	RN
CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE	CETENE	PE
CENTRO ESTADUAL DE EDUC. TECNOLÓGICA PAULA SOUZA	CEETEPS	SP
CENTRO FED. DE EDUC. TEC. CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	RJ
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MG	CEFET-MG	MG
CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO	CITEX	DF
CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS	CNPEM	SP
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO	CTMSP	SP
CENTRO TECNOLÓGICO DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS	CTECCFN	RJ
CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO	CTEX	RJ
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FEI	FEI	SP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ	FEPI	MG
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	UNIFIMES	GO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	UNIFEV	SP
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	CEULP	TO
CEOSP - CENTRO DE PESQUISAS EM BIONANOTECNOLOGIA	CEOSP NANOTEC	SC
CIRCULO DOS TRABALHADORES CRISTÃOS DO EMBARÉ	CTCE - UNICASTELO	SP
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	CNEN	RJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL	DCTA	SP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO EXÉRCITO	DCT	DF
DIRETORIA DE FABRICAÇÃO	DF	RJ
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	EMBRAPA	DF
EMPRESA DE PESQ. AGROPEC. E EXT. RURAL DE SANTA CATARINA	EPAGRI	SC
ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA	EBMSP	BA
FACENS- FACULDADE DE ENGENHARIA DE SOROCABA: IPEAS	IPEAS	SP



FACULDADES CATÓLICAS / PUC-RIO	PUC-RIO	RJ
FUND. CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTADUAL DA ZONA OESTE	UEZO	RJ
FUND. VALE DO TAQUARI DE EDUC. E DESENV. SOCIAL	FUVATES	RS
FUNDAÇÃO CENTRO DE ANÁL. PESQ. E INOV. TECNOLÓGICA	FUCAPI	AM
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG	FUNDAÇÃO HEMOMINAS	MG
FUNDAÇÃO CERTI	CERTI	SC
FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO P&D TELECOMUNICAÇÕES	CPQD	SP
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONA	FAPEAM	AM
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	CIENTEC	RS
FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PASSOS	FESP	MG
FUNDAÇÃO DESEMBARGADOR PAULO FEITOZA	FPF TECH	AM
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	UNIFOR	CE
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	SC
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS	FUNED	MG
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	FHEMIG	MG
FUNDAÇÃO INSTITUTO POLO AVANÇADO DA SAÚDE DE RP	FIPASE	SP
FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ	NUTEC	CE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ	RJ
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU - PTI BRASIL	PTI	PR
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUB	DF
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUA	AM
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	FUNC	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SU	UFMS	MS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	RO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	SP
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC	UFABC	SP
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	AP
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	TO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA	FUC	RS
FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO	FVE/UNIVAP	SP
HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	HCPA	RS
HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS	HNMD	RJ
INST. FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SP	IFSP	SP
INST. FEDERAL EDUC, CIENC E TEC RJ - IFRJ	IFRJ	RJ
INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ	IAPAR	PR
INSTITUTO APLYSIA	I.A.	ES
INSTITUTO ÁRVORE DA VIDA	IAV	SP
INSTITUTO ATLÂNTICO	INSTITUTO ATLÂNTICO	CE
INSTITUTO BUTANTAN	IB	SP
INSTITUTO CAPIXABA DE PESQ. ASSIST. TÉC. EXT. RURAL	INCAPER	ES




INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO	INSTITUTO CENTEC	CE
INSTITUTO DE AÇÃO TECNOLÓGICA	IATDI	SP
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ	IDSM	AM
INSTITUTO DE ESTUDOS DO MAR ALMIRANTE PAULO MOREIRA	IEAPM	RJ
INSTITUTO DE GEOINFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	IGTEC	MG
INSTITUTO DE INOVAÇÃO, PESQ., DESENVOLVIMENTO CIENT. E TEC. DO AMAZONAS	IPDEC	AM
INSTITUTO DE PESQUISAS DA MARINHA	IPQM	RJ
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESP	IPT	SP
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ	TECPAR	PR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA	ITP	SE
INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO	INSTITUTOS LACTEC	PR
INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METOD	IEP	SP
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	IEC	PA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUC., CIÊNC. E TECNOL. DE RORAIMA	IFRR	RR
INSTITUTO FEDERAL DE EDUC., CIÊNCIA E TEC. DE BRASÍLIA	IFB	DF
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TEC. DA BAHIA	IFBA	BA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	IFC	SC
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	IFAL	AL
INSTITUTO FEDERAL DE E C E T FARROUPILHA	IFFARROUPILHA	RS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFAP	AP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFSUDESTEMG	MG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	IFAC	AC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IF SERTÃO-PE	PE
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	IFPB	PB
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	PA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRN	RN
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS	IFG	GO
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	IFMT	MT
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	IFMS	MS
INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO	IFPE	PE
INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA	IFRO	RO
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IF-SC)	IF-SC	SC
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - IFS	IFS	SE
INSTITUTO FEDERAL DE TOCANTINS	IFTO	TO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS	IFAM	AM
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ	IFCE	CE
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	IFES	ES
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	MA
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS	IFNMG	MG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	IFPR	PR
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ	IFPI	PI
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	RS
INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	MG



INSTITUTO FEDERAL EDUC, CIÊNCIA, TEC. FLUMINENSE	IFFLUMINENSE	RJ
INSTITUTO FEDERAL GOIANO	IF GOIANO	GO
INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS	IFMG	MG
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	RS
INSTITUTO LAURO DE SOUZA LIMA	ILSL	SP
INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA	IME	RJ
INSTITUTO NAC. METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	INMETRO	RJ
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA	INPA	AM
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS	INPE	SP
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA	INT	RJ
INSTITUTO PASTEUR	IP	SP
INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ	IRGA	RS
INSTITUTO SENAI DE INOVAÇÃO PARA TIC	ISI-TICS	PE
INSTITUTO STELA	STELA	SC
INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	INTA	CE
INSTITUTO VITAL BRAZI SA	IVB	RJ
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	MG
LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DA MARINHA	LFM	RJ
LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA	LNA/MCTI	MG
LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA	LNCC	RJ
MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS	MAST	RJ
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	MPEG	PA
NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA UFTM	NIT UFTM	MG
OBSERVATÓRIO NACIONAL	ON	RJ
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC-CAMPINAS	SP
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC MINAS	MG
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUCPR	PR
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS	PUCRS	RS
REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA	RNP	SP
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA MB	SECCTM	DF
SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL DE PERNAMBUCO	SENAI/DR/PE	PE
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	SENAI	GO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	SENAI/AM	AM
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	SENAI BA	BA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - RS	SENAI/RS	RS
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SC	SENAI-SC	SC
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SP	SENAI/SP	SP
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DR-CE	SENAI/CE	CE
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL PARANÁ	SENAI PR	PR
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL RJ	SENAI-RJ	RJ
SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA - SOCIESC	SOCIESC	SC
UNIV. DA INTEG. INTERN. DA LUSO. AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	CE
UNIV. FED. DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	MG
UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO	UNIAN-SP	SP
UNIVERSIDADE ANHANGUERA UNIDERP	ANHANGUERA UNIDERP	MS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UCB	DF



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	MS
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	SC
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	RS
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	PE
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	UNIRV	GO
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	RS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	SP
UNIVERSIDADE DE SOROCABA	UNISO	SP
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	BA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	MT
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	MG
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ	UEAP	AP
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	AM
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	PA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	RJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	RN
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	SC
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	SC
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	SC
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	RS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	PB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	UNEAL	AL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	SP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAG	UNCISAL	AL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	MG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	RR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	CE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO	UNICENTRO	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	MA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	UENF	RJ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	PI
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	RS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	UNESP	SP
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ	UVA	CE
UNIVERSIDADE F. DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	SC
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	MS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	PB
UNIVERSIDADE FEDERAL DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE DE POA	UFCSPA	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	AL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	UNIFAL-MG	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG	NITT/UFCG	PB
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	GO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	MT
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	RR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	SC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ	UFSJ	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	SE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	AC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	CE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	ES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	MA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	PA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	AGÊNCIA DE INOVAÇÃO - UNIVERSITEC	PA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI	UFPI	PI
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	RN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	PA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO	UFERSA	RN
UNIVERSIDADE FEEVALE	FEEVALE	RS
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	CE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS	UNIJUÍ	RS
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	PR







Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA